

TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO N.º 001/2025

TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI FIRMAM A PBH ATIVOS S.A. E O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA E PATRIMONIAL (SMALOG), COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS VOLTADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA E PATRIMONIAL – SMALOG**, situada na Rua Espírito Santo, nº 605, 11º andar, bairro Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30160-919, neste ato representada pela Secretária Sra. Soraya de Fátima Mourthé Marques, e pelo Secretário Adjunto Sr. Guilherme Fábregas Inácio, doravante denominada **SMALOG**, e a **PBH ATIVOS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, estabelecida e sediada na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, bairro Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.160-919, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, e por seu Diretor de Negócios, Sr. Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **PBH ATIVOS**, denominados por **PARTÍCIPEs**, considerando:

- As competências legais e estatutárias da **PBH ATIVOS**, à qual compete auxiliar o Município de Belo Horizonte na captação de recursos financeiros; na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; licitar e/ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com os órgãos ou as entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; e custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- As competências legais e regulamentares da **SMALOG**, à qual, nos termos do Decreto Municipal nº 18.974, de 01 de fevereiro de 2025, compete propositura de políticas e diretrizes para a implementação de ações estratégicas na gestão logística e patrimonial para o Município; a definição, promoção e coordenação da política de gestão de suprimentos e de patrimônio mobiliário e imobiliário; a formulação e coordenação de políticas de recursos logísticos, realizando licitações e contratações compartilhadas ou centralizadas de objetos estratégicos ou comuns no âmbito da política de compras instituída; a coordenação e a gestão de bens móveis e imóveis de propriedade do Município ou por ele ocupados; coordenação e a execução da conservação de imóveis públicos administrativos, sob a responsabilidade do Município, incluindo a manutenção de equipamentos necessários ao funcionamento



dos prédios, pequenos reparos ou serviços de engenharia simples e rotineiros, respeitadas as competências da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI;

- Que a efficientização energética é uma medida de extrema relevância para o Município de Belo Horizonte e alinhada com as boas práticas de gestão e sustentabilidade em voga, pois contribui para a redução e otimização do consumo de energia elétrica, a diminuição dos gastos públicos e a promoção da sustentabilidade econômica e ambiental;
- Que a implementação de programas de eficiência energética pode gerar economia significativa aos cofres públicos, recursos que podem ser reinvestidos em outras áreas prioritárias para a população, promovendo qualidade, produtividade e eficiência do gasto público;
- A existência de programas e projetos diversos de incentivo à efficientização energética decorrente do interesse público de proporcionar economicidade, vantajosidade e conveniência, inclusive com disponibilização de recursos financeiros para estruturação e implementação dos projetos pelos entes federativos;
- Por fim, o interesse comum dos **PARTÍCIPIES** em firmar este instrumento com vistas ao desenvolvimento de estudos voltados à implementação de projetos de eficiência energética nos prédios e equipamentos públicos do município de Belo Horizonte.




Resolvem celebrar o presente **Termo de Mútua Cooperação**, nos termos das cláusulas dispostas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os **PARTÍCIPIES** visando ao desenvolvimento de estudos voltados à implementação de programa de efficientização energética nos prédios públicos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte (**PROGRAMA**), de modo a promover práticas de sustentabilidade ambiental e proporcionar a redução de custos e despesas com energia elétrica dos órgãos e entidades do Município, nos termos do Plano de Trabalho contido no ANEXO I deste Termo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 2.1. A **SMALOG** é responsável pela obtenção, organização, gestão e fornecimento das informações e dados técnicos necessários ao **PROGRAMA** e ao assessoramento prestado pela **PBH ATIVOS**.
- 2.2. A **PBH ATIVOS** poderá manejar as informações prestadas pela **SMALOG**, podendo combiná-las com outras informações obtidas externamente, inclusive junto a consultores e outros parceiros eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela **PBH ATIVOS** não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso

II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.

- 2.4. A troca de documentos e informações entre os **PARTÍCIPIES** e órgãos ou entidades da Administração Pública e/ou contratados/parceiros deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo legal, bem como dos deveres da Lei nº 13.709 de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.
- 2.5. O presente Termo não acarretará transferência de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPIES**, sendo necessária a celebração de instrumento jurídico específico quando for o caso de repasse de recursos. Os **PARTÍCIPIES** farão uso de seus conhecimentos técnicos, bem como de recursos humanos e materiais próprios com que contem ou considerem necessário contratar, observada a legislação de regência, a disponibilidade de recursos e os demais aspectos orçamentários pertinentes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DOS **PARTÍCIPIES**

- 3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente Termo de Mútua Cooperação, compete à **SMALOG**:
 - a) Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
 - b) Estabelecer diretrizes e coordenar as atividades de cooperação técnica, podendo solicitar informações à **PBH ATIVOS** ou terceiros;
 - c) Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à estruturação do **PROGRAMA**;
 - d) Manter, organizar e colocar à disposição da **PBH ATIVOS** as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao **PROGRAMA**;
 - e) Comunicar à **PBH ATIVOS** a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer a adequada estruturação do **PROGRAMA**;
 - f) Promover e realizar reuniões junto à **PBH ATIVOS** e/ou órgãos ou entidades da Administração Pública e/ou contratados/parceiros para alinhamento dos diversos aspectos da estruturação e implementação do **PROGRAMA**, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
 - g) Acionar a Procuradoria Geral do Município – PGM ou o setor jurídico próprio para manifestação jurídica sempre que oportuno e/ou necessário;
 - h) Analisar e aprovar por meio da equipe técnica os dados, levantamentos, estudos e documentos elaborados no âmbito do **PROGRAMA**;
 - i) Orientar e encaminhar à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, os projetos de eficiência energética elaborados que impliquem em intervenções na rede elétrica, hidráulica, obras e reformas nos próprios administrativos dos órgãos e das entidades com o intuito de obter as respectivas aprovações dos projetos, conforme determina o artigo 35, IV do decreto municipal nº 18.974/2025
 - j) Apoiar a **PBH ATIVOS** junto às diversas secretarias, órgãos e/ou entidades competentes, inclusive, na eventual celebração dos respectivos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** necessários à efetiva implementação do **PROGRAMA**.
- 3.2. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente Termo de Mútua Cooperação, compete à **PBH ATIVOS**:
 - a) Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
 - b) Manter a **SMALOG** atualizada em relação aos estudos e demais documentos produzidos no âmbito da cooperação técnica;
 - c) Realizar as atividades inerentes à implementação do **PROGRAMA**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, podendo para tal contratar serviço técnico especializado para sua execução;



- d) Comunicar à **SMALOG** a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer a adequada estruturação do **PROGRAMA**;
- e) Promover e realizar reuniões junto à **SMALOG** para alinhamento dos diversos aspectos do **PROGRAMA**, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- f) Apresentar à **SMALOG**, formalmente, os produtos dos estudos desenvolvidos no âmbito deste Termo de Mútua Cooperação, para avaliação e validação;
- h) Submeter à deliberação pelas instâncias de governança cabíveis eventuais questões e documentos relativos à execução deste **PROGRAMA**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS CONTRATOS DE EFICIÊNCIA

- 4.1. Conforme o resultado dos estudos objeto do presente Termo, serão celebrados **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** entre a **PBH ATIVOS** com as Secretarias, órgãos e/ou entidades da Administração Pública direta ou indireta beneficiárias do **PROGRAMA**, os quais disciplinarão a remuneração da PBH ATIVOS, conforme disposições a seguir.
- 4.2. A **PBH ATIVOS** será devidamente remunerada por:
 - 4.2.1. Um percentual dos recursos eventualmente angariados pelo **PROGRAMA**, junto aos projetos de fomento à efficientização energética; e/ou
 - 4.2.2. Um percentual da economia de energia efetivamente gerada e comprovada pela implementação do **PROGRAMA**, durante determinado período, a contar da data de início da operação de cada projeto implementado.
- 4.3. Os percentuais citados nesta cláusula serão definidos em comum acordo entre os **PARTÍCIPIES** no momento da celebração dos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** com as respectivas Secretarias, órgão e entidades da Administração.
- 4.4. Para fins de apuração dos percentuais, valores nominais e prazos previstos nesta cláusula, serão considerados os quantitativos do consumo de energia elétrica consumida pela unidade e a projeção da economia gerada no fluxo de caixa futuro, com desconto da taxa de remuneração comumente utilizada pelo setor.
- 4.5. O Modelo Econômico-Financeiro, que determinará os percentuais de remuneração da **PBH ATIVOS** no âmbito dos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA**, deverá ser elaborado pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e será disponibilizado em planilha eletrônica automatizada, desbloqueada e com dados rastreáveis, a qual deverá apresentar premissas operacionais (Investimento, Custos, Despesas, Impostos Diretos e Indiretos, Capital de Giro, DRE, Fluxo de Caixa de cada projeto, Usos e Fontes, Seguros e Garantias), projetadas ao longo do prazo de cada **CONTRATO DE EFICIÊNCIA**.
- 4.6. Para determinação do Custo de Capital Próprio deverá ser utilizado o modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM), devendo ser adotada, como taxa de desconto, o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), cujas premissas devem ser definidas e ter seus racionais descritos e estarem adequadas às condições de mercado.
- 4.7. As premissas empregadas, inclusive para o cálculo do WACC, deverão ser explicitadas e facilmente identificáveis, bem como devidamente justificadas e fundamentadas.
- 4.8. Os valores correspondentes serão pagos pelas Secretarias, órgãos e demais entidades diretamente à **PBH ATIVOS** por meio de transferência bancária a ser efetivada para a conta bancária de titularidade da PBH Ativos em, no máximo, 30 (trinta) dias após a emissão do relatório de economia gerado, com o respectivo faturamento e emissão da nota fiscal correspondente.
- 4.9. A **SMALOG** se responsabiliza por prestar apoio à **PBH ATIVOS** na celebração dos instrumentos jurídicos com cada uma das entidades beneficiárias do **PROGRAMA** envolvidas, os quais poderão conter cláusulas de eficiência alinhadas ao modelo de remuneração previsto neste Termo de Mútua Cooperação.
- 4.10. Os percentuais, valores e prazos indicados neste instrumento são estimativos, servindo-se apenas de referência, razão pela qual poderão sofrer alterações para

- maior ou para menor, anteriores ao ato da celebração dos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** entre a **PBH ATIVOS** e a respectiva entidade da Administração Pública.
- 4.11. Na eventualidade de alterações na forma de remuneração prevista neste instrumento e/ou da metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da **PBH ATIVOS**, os **PARTÍCIPIES** poderão celebrar um Termo Aditivo ao presente Termo de Mútua Cooperação, compatível com este instrumento para alinhamento da nova forma de remuneração ajustada.
- 4.12. A remuneração da **PBH ATIVOS** no âmbito dos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** implicará a emissão de nota fiscal, sobre a qual incidirão os tributos pertinentes.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

- 5.1. O presente Termo de Mútua Cooperação vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei e mediante celebração de Termo Aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

- 6.1. O Termo de Mútua Cooperação poderá ser extinto em razão:
- Da conclusão do seu objeto;
 - Do término do prazo de vigência;
 - Por acordo entre os **PARTÍCIPIES**;
 - De denúncia unilateral de qualquer dos **PARTÍCIPIES**, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro **PARTÍCIPE**, não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.
- 6.2. O encerramento nos casos previstos no item 6.1 não exclui os direitos e obrigações remanescentes, de cada **PARTÍCIPE**, oriundos de atos ou fatos ocorridos durante a vigência do Termo de Mútua Cooperação.
- 6.3. Os **PARTÍCIPIES** definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 6.1.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 7.1. É de responsabilidade da **SMALOG** proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no site institucional e no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. Os prazos previstos no presente instrumento contar-se-ão em dias corridos, exceto nos casos em que haja menção expressa à contagem em dias úteis.
- 8.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os **PARTÍCIPIES**.
- 8.3. Aplica-se ao Termo de Mútua Cooperação, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente o art. 184 do referido diploma legal bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.
- 8.4. As partes e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10, §2º da Medida Provisória nº



2200-2/2001 e do art. 6º do Decreto nº 10.278/2020, bem como dos Decretos Municipais n. 17.710/2021 e n. 17.711/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

- 9.1. Os **PARTÍCIPIES** elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Mútua Cooperação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ANEXOS

- 10.1. Constituem anexos ao presente Termo de Mútua Cooperação, integrando-o para todos os efeitos de direito o Anexo I: Plano de Trabalho.


E, para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente Termo de Mútua Cooperação, que será assinado pelos **PARTÍCIPIES** em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2025.


Soraya de Fátima Mourthé Marques
Secretária Municipal de
Administração Logística e Patrimonial
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE


Guilherme Fábregas Inácio
Secretário Municipal Adjunto
Subsecretaria de Compras e Contratos
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE


Leonardo Maurício Colombini Lima
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A


Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O Termo de Mútua Cooperação nº 001/2025 tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os **PARTÍCIPIES** com vistas ao desenvolvimento de estudos voltados à implementação de efficientização energética nos prédios públicos e unidades consumidoras do Município de Belo Horizonte, a ser realizado em 05 (cinco) fases independentes, que poderão, inclusive, ser executadas concomitantemente, sendo:

FASE 1: Identificação de prédios públicos e unidades consumidoras elegíveis ao recebimento das medidas de efficientização energética;

FASE 2: Celebração de Contratos de Eficiência com Órgãos/Entidades Beneficiados e Credenciamento de Empresas ESCOs;

FASE 3: Celebração de Acordos de Cooperação com entidades responsáveis pelos programas de fomento à eficiência energética e definição dos recursos financeiros para implementação dos projetos;

FASE 4: Execução dos projetos de eficiência energética;

FASE 5: Monitoramento e Avaliação do Programa de Eficiência Energética.

Durante a execução do objeto do presente Termo, os **PARTÍCIPIES** poderão reformular as fases e o cronograma de trabalho, com o intuito de viabilizar o efetivo implemento da efficientização energética.

I. METAS A SEREM ATINGIDAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica, a elaboração e entrega pela **PBH ATIVOS** de documentos e desenvolvimento de atividades necessárias à viabilização de total cumprimento do objeto, sendo:

Meta 1: Apresentar Projeto(s) de Eficiência Energética no âmbito da Chamada Pública Procel - Energia Zero em Prédios Públicos.

Meta 2: Apresentar Projeto(s) de Eficiência Energética no âmbito da Chamada Pública PEE da CEMIG.

Meta 3: Implementar ao menos três Projetos de Eficiência Energética por ano, por meio das Chamadas Públicas do PROCEL, da CEMIG e/ou Contratos de Eficiência da PBH Ativos.

Meta 4: Propiciar economia anual de, pelo menos, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ao Município de Belo Horizonte com despesas de energia elétrica até o ano de 2030.

II. FASES DO OBJETO A SER EXECUTADO

FASE 1: Identificação de prédios públicos e unidades consumidoras elegíveis ao recebimento das medidas de efficientização energética: identificação dos prédios públicos aptos, elegíveis e com maior sinergia aos programas de fomento à efficientização energética.

	Atividade	Especificação	Prazo Estimado
1.1	Diagnóstico e identificação de prédios públicos e unidades consumidoras elegíveis	Elaborar relatório contendo o consumo dos prédios públicos	04/04/2025
		Definir lista de equipamentos públicos aptos à celebração de Contratos de Eficiência e elegíveis aos programas de fomento à eficiência energética.	04/04/2025

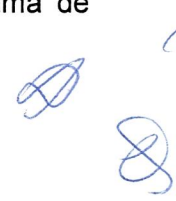
FASE 2: Modelagem Contratual e Credenciamento de empresas ESCOs: elaboração da modelagem dos contratos de eficiência e do credenciamento de empresas ESCOs.

	Atividade	Especificação	Prazo Estimado
2.1.	Modelagem Contratual	Consolidar a modelagem jurídica da contratação	04/04/2025
		Elaborar Notas Técnicas e minuta do Contrato de Eficiência	04/04/2025
2.2	Alinhamento com órgãos/entidades beneficiados	Obter anuência dos órgãos/entidades do município elegíveis ao PROGRAMA	11/04/2025
2.3.	Credenciamento de ESCOs	Elaborar e publicar ETP, Termo de Referência, ETP, Edital e anexos de Credenciamento de ESCOs	04/04/2025
		Credenciar as ESCOs	11/04/2025

FASE 3: Celebração dos Acordos de Cooperação e Contratos de Eficiência: a Fase consiste na celebração dos instrumentos necessários à obtenção de recursos dos programas de fomento à eficiência energética e na definição de eventual aporte necessário pela PBH Ativos, bem como a celebração dos respectivos Contratos de Eficiência, os quais estabelecerão a forma de remuneração da PBH Ativos pelo recurso captado nos programas de fomento, pela economia de energia gerada e/ou pela remuneração do capital aportado.

	Atividade	Especificação	Prazo Estimado
3.1.	Apresentação de Projetos nas Chamadas dos programas de fomento	Realizar diligência editalícia nos programas de fomento à eficiência energética Acompanhar o desenvolvimento dos projetos pelas ESCOs credenciadas, obter os documentos organizados Acompanhar apresentação dos projetos nos programas de fomento	Conforme definição editais publicados
3.2.	Formalização de Acordos de Cooperação e Definição de recursos financeiros	Assinar como interveniente os Acordos de Cooperação e acompanhar a publicação dos Acordos pelos Beneficiados. Definição recursos financeiros de cada projeto	Prazos dos editais de fomento Após resultado dos programas de fomento
3.3.	Formalização dos Contratos de Eficiência	Assinar os Contratos de Eficiência com interveniência das ESCOs credenciadas.	Após resultado dos programas de fomento

FASE 4: Execução dos projetos de eficiência energética: acompanhar a elaboração dos projetos definitivos e execução de obras necessárias à implementação do programa de eficiência energética nos prédios públicos das entidades do Município.



	Atividade	Especificação	Prazo Estimado
4.1.	Desenvolvimento de Projetos	Acompanhar a elaboração dos projetos definitivos de efficientização energética nos prédios públicos.	A definir após contratação
4.2.	Execução dos projetos pelas ESCOs	Acompanhar a implementação dos projetos de efficientização energética nos prédios públicos.	A definir após contratação

FASE 5: Monitoramento e Avaliação do Programa de Eficiência Energética: Acompanhamento da execução dos projetos e do monitoramento da economia gerada.


	Atividade	Especificação	Prazo Estimado
5.1.	Monitorar os resultados do projetos	Acompanhar a Execução dos Acordos e Contratos, a Medição/Verificação realizada pelas ESCOs e Operação dos ativos. Monitorar mensalmente o consumo de energia e respectiva economia de energia gerada.	Após a implementação Ao longo da vigência do contrato
5.2.	Avaliar os resultados do Programa de Eficiência Energética	Elaborar Relatórios Gerenciais Fiscalizar e Prestar Contas dos Acordos e Contratos firmados	Ao longo da vigência do contrato


Os prazos estimados por este Plano de Trabalho se referem ao primeiro ciclo do **PROGRAMA**, destinado à submissão de projeto(s) ao chamamento público do PROCEL do ano de 2025. Os projetos subsequentes obedecerão à mesma metodologia, porém, com prazos próprios a serem definidos nos **CONTRATOS DE EFICIÊNCIA** a serem celebrados com a observância dos editais de chamamentos publicados.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2025.


Soraya de Fátima Mourthé Marques
**Secretária Municipal de
Administração Logística e Patrimonial
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**


Guilherme Fábregas Inácio
**Secretário Municipal Adjunto
Subsecretaria de Compras e Contratos
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**


Leonardo Maurício Colombini Lima
**Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A**


Daniel Rodrigues Nogueira
**Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A**